



Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP
Escola de Educação Física – EEFUFOP
Licenciatura em Educação Física



Monografia

**Trabalho em Rede e Intersectorialidade nas políticas públicas de
lazer e esporte de Ouro Preto / MG**

Glauber Starling de Alencar

Pedro Claver Barcelos de Miranda

Ouro Preto – MG

2020

Glauber Starling de Alencar

Pedro Claver Barcelos de Miranda

**Trabalho em Rede e Intersectorialidade nas políticas públicas de
lazer e esporte de Ouro Preto / MG**

Trabalho de conclusão apresentado a disciplina de Seminário de TCC (EFD-380) do curso de Educação Física - Licenciatura da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para avaliação da mesma.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Ocelli Ungheri.

Ouro Preto – MG

2020

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

A368t Alencar, Glauber Starling de .
Trabalho em rede e Intersetorialidade nas políticas públicas de lazer e esporte de Ouro Preto / MG. [manuscrito] / Glauber Starling de Alencar. Pedro Claver Barcelos de Miranda. - 2020.
43 f.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Ocelli Ungheri.
Monografia (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Educação Física. Graduação em Educação Física .
Área de Concentração: Lazer - Educação Física.

1. Políticas públicas. 2. Lazer-Ouro Preto (MG). 3. Esportes-Ouro Preto(MG). I. Miranda, Pedro Claver Barcelos de . II. Ungheri, Bruno Ocelli . III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 796:379.8

Bibliotecário(a) Responsável: Angela Maria Raimundo - SIAPE: 1.644.803



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Glauber Starling de Alencar
Pedro Claver Barcelos de Miranda

Trabalho em Rede e Intersetorialidade nas políticas públicas de lazer e esporte de Ouro Preto / MG

Membros da banca

Prof. Dr. Bruno Ocelli Ungheri - Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
Profa. Ms. Ana Elenara da Silva Pintos - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
Prof. Dr. André Henrique Chabaribery Capi - Universidade de Araraquara (UNIARA) e Universidade Paulista (UNIP)

Versão final

Aprovado em 27 de outubro de 2020

De acordo

Prof. Dr. Bruno Ocelli Ungheri



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Ocelli Ungheri, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 04/11/2020, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0098734** e o código CRC **49FE662D**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.007894/2020-16

SEI nº 0098734

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: (31)3559-1518 - www.ufop.br

RESUMO

A política pública pode ser entendida como um direcionamento de ações adotado por autoridades ou agentes públicos visando a execução de certas finalidades. Dentre as políticas públicas estão as políticas sociais, que se referem à implementação de ações voltadas para a redistribuição dos benefícios sociais, visando a diminuição das desigualdades produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. A promoção dos direitos sociais, buscando a superação das desigualdades, é cada vez mais direcionada aos órgãos municipais através do processo de municipalização, transferindo para esses a responsabilidade pelo planejamento, implantação e avaliação de políticas sociais em seu território. À vista disso, este trabalho buscou analisar o esporte e o lazer como alvo de políticas públicas no município de Ouro Preto, sob o foco das relações dinâmicas intersetoriais. O estudo em destaque é parte do projeto de extensão “Projeto ELO – Esporte e Lazer Ouro-Preto”, que objetiva implementar projeto de cooperação técnica no campo das políticas públicas de esporte e lazer. Para alcançar o objetivo proposto, utilizou-se de instrumento de entrevista para o levantamento de dados empíricos, tendo como interlocutores gestores das Secretarias Municipais de Esporte e Lazer, Educação, Cultura e Patrimônio, Turismo, Desenvolvimento Social, Saúde, Meio Ambiente e Obras. A análise dos dados se deu por meio da técnica de Análise de Conteúdo, permitindo a ordenação e organização dos dados e sua interpretação. Os dados coletados admitiram que três categorias de análises fossem traçadas. A primeira destacando de forma geral os indícios ou nuances do trabalho em rede ou intersetorial já desenvolvido no município. Neste ponto, foram sublinhados alguns projetos que desenvolvem esse tipo de trabalho, contudo, de forma ainda tímida e descoordenada. Na segunda categoria traçada, apresentam-se os desafios relatados pelos entrevistados, que ressaltam os entraves políticos e a falta de um planejamento orientado. No terceiro eixo de análise, compartilham-se oportunidades de trabalho em rede - apontadas pelos próprios entrevistados – que podem ser alvo de esforços institucionais futuros. Conclui-se que as ações públicas que focalizam o lazer e o esporte em Ouro Preto, ocorrem de forma pontual e desarticulada de uma política municipal sistematizada. Por esse motivo, a interlocução entre os setores da administração pública é dificultada e, no contexto analisado, não se faz presente de forma perene, o que se agudiza na medida que as análises deslocam do Centro Histórico para os Distritos. Todavia, foram encontrados indícios e possibilidades de efetivação do trabalho intersetorial em ações já existentes, cabendo ao poder executivo capitanear e organizar o trabalho institucional.

Palavras chaves: Políticas públicas, lazer, esporte, municipalização, intersetorial.

ABSTRACT

Public policy can be understood as a direction of actions adopted by public authorities or agents aiming at the execution of certain purposes. Among the public policies are social policies, which refer to the implementation of actions aimed at the redistribution of social benefits, aiming at reducing the inequalities produced by socioeconomic development. The promotion of social rights, seeking to overcome inequalities, is increasingly directed to municipal agencies through the process of municipalization, transferring to them the responsibility for planning, implementation and evaluation of social policies in their territory. In view of this, this work sought to analyze sport and leisure as a target of public policies in the municipality of Ouro Preto, under the focus of dynamic intersectoral relations. The highlighted study is part of the extension project "Projeto ELO – Esporte e Lazer Ouro-Preitano", which aims to implement technical cooperation project in the field of public policies of sport and leisure. To achieve the proposed objective, an interview instrument was used for the collection of empirical data, having as interlocutors managers of the Municipal Departments of Sport and Leisure, Education, Culture and Heritage, Tourism, Social Service, Health, Environment and Works. Data analysis was based on the Content Analysis technique, allowing the ordering and organization of the data and its interpretation. The collected data admitted that three categories of analyses were traced. The first highlighting in general the indications or nuances of networking or intersectoral work already developed in the municipality. At this point, some projects that develop this type of work have been highlighted, however, in a still timid and uncoordinated way. In the second category outlined, the challenges reported by the interviewees are presented, which highlight the political obstacles and the lack of guided planning. In the third axis of analysis, networking opportunities are shared - pointed out by the interviewees themselves - which may be the target of future institutional efforts. It is concluded that public actions that focus on leisure and sport in Ouro Preto occur in a punctual and disjointed way of a systematized municipal policy. For this reason, the dialogue between the sectors of public administration is difficult and, in the context analyzed, it is not present in a perennial way, which is sharpened as the analyses move from the Historic Center to the Districts. However, evidence and possibilities of intersectoral work were found in existing actions, and it was up to the executive power to head and organize the institutional work.

Keywords: Public policies, leisure, sports, municipalization, intersectoral.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	6
1.2 Objetivos	11
1.3 Justificativa.....	11
2 METODOLOGIA.....	12
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	15
3.1 Panorama geral das políticas públicas em Ouro Preto	15
3.2 Desafios para o trabalho intersetorial junto às políticas de lazer e esporte.....	20
3.3 Nuances do trabalho intersetorial no município.....	24
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS.....	32
APÊNDICE I.....	36
APÊNDICE II	40

1 INTRODUÇÃO

Pensar em política é pensar nas relações humanas pautadas pelo conflito de interesses. Vaz (2001) afirma que a política é uma atividade que envolve a natureza pública e simbólica do poder, que, quando bem exercida, relaciona-se à disputa de ideias, projetos e concepções no espaço público. A efetivação da política depende da materialização da atividade política por meio da política pública. A expressão “política pública” pode ser entendida como um curso de ação baseado na seleção de meios orientados para a realização de certos fins, adotada por autoridades ou agentes públicos (UNGHERI, 2014). Para Hofling (2001), as políticas públicas são o Estado implantando um projeto de governo, através de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade - mediadas pela tomada de decisão participativa de diferentes órgãos públicos e agentes sociais.

No rol das políticas públicas estão contidas as políticas sociais que se referem a implementação de ações pelo Estado voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico (HOFLING, 2001). Trata-se de políticas públicas voltadas à garantia dos direitos sociais e orientadas pelo princípio de justiça, vinculado à garantia dos direitos sociais voltados à manutenção de uma vida digna e honrosa (UNGHERI, 2019).

Tendo em vista a necessidade da promoção dos direitos sociais como via de superação das desigualdades, esbarra-se em diversos desafios como obtenção de recursos financeiros, estruturais e de pessoas qualificadas. Como salienta Ungheri (2019):

É preciso ter em mente que a atenção aos direitos sociais enseja discussões sobre o alargamento do Estado, haja vista que a demanda de bens e serviços públicos de qualidade é crescente. Conseqüentemente, existe a necessidade de um aparato institucional robusto, no que tange ao volume de recursos financeiros, de infraestrutura e de quadros profissionais. A questão a ser enfrentada, nesse caso, seria a origem dos recursos necessários para custear a máquina pública que, como observamos atualmente, são oriundos da arrecadação de impostos (UNGHERI, 2019, p 44).

Mediante tais desafios, uma saída apresentada é o processo de descentralização política com a realocação das responsabilidades da União para os demais entes federados, sendo eles, os estados e municípios. Segundo Guinmarães (2002), estudos que tratam do tema descentralização apontam duas vertentes de análise. A primeira vertente diz respeito a questões procedimentais relacionadas a dimensão administrativa com a distribuição de recursos e responsabilidades para as unidades subnacionais. A segunda se refere a dimensão social da política com a distribuição territorial do Poder do Estado, bem como, maior participação da sociedade na política.

Com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a configuração política brasileira passa por inovações atribuindo competências e responsabilidades às esferas subnacionais de governo. Os municípios, por exemplo, possuem autonomia para definirem suas políticas e aplicarem seus recursos, no caso das competências privativas ou exclusivas, sem que isso vá de encontro aos ditames legais estabelecidos pelos estados e pelo governo federal (UNGHERI 2019). Sendo assim, os municípios tornam-se responsáveis pelo planejamento, implantação e avaliação de políticas sociais em seu território.

Tratando do processo de descentralização política, Alcântara (2010, p. 258) diz que “o movimento de municipalização, tanto das responsabilidades administrativas quanto da própria capacidade de geração de receita própria para atender às demandas locais de fato, é hoje uma realidade incontestável”. Porém, salienta que algumas questões ainda devem ser pensadas no processo de municipalização. A primeira está na relação entre o que a norma define e o que é demonstrado na prática social. A segunda está na proposta de municipalização como promessa de modernização, democratização e eficiência na administração dos recursos públicos. A terceira está na autonomia e dependência entre unidades federativas e suas influências na captação de recursos e cumprimento dos projetos institucionais. Por último, as consequências do processo de municipalização nas políticas públicas, diretamente mediada pelas outras questões supracitadas.

Tendo em vista o processo de municipalização apresentado nos últimos anos, torna-se atribuição do governo municipal, mas não somente, a promoção de políticas

sociais que supram as necessidades em seu território. Nascimento (2010) desenvolveu um estudo sobre a intersetorialidade nas políticas públicas, realçando a existência de uma hierarquização das políticas públicas, com privilégio àquelas de cunho macroeconômico, às quais são atribuídas elevadas montantes de recurso e financiamento. Ainda, segundo a autora:

[...] realizar um projeto articulado das políticas sociais e desenvolvimento urbano demanda a mudança de práticas, padrões, valores, enfim, da cultura organizacional das instituições públicas gestoras das políticas públicas, ou ainda a incorporação de organizações autônomas voltadas para os interesses coletivos capazes de dar maior eficácia à gestão das políticas (NASCIMENTO, 2010, p. 100).

Ao refletir sobre a perspectiva intersetorial e as políticas públicas de lazer e esporte, Bonalume (2011) indica que tal escopo de trabalho pode se apresentar como possibilidade de articulação entre os saberes e as ações, com vistas a construir resultados sinérgicos em situações complexas. Sob esse prisma, amplia-se o potencial de impacto das políticas, tornando-as mais efetivas e ampliando sua capacidade de colaborar com a redução das desigualdades e com o bem-estar social. Em adição,

[...] pode contribuir com a construção de uma nova ação, que rompa as fronteiras das políticas isoladas. Para que isso se viabilize integrar, considerando apenas a dimensão técnica não seria suficiente, faz-se necessário uma atitude e uma postura intersetorial, enquanto um princípio que orienta a ação, com um aparato governamental, com base no território e na população. Trata-se da articulação entre as políticas públicas por meio do desenvolvimento de ações conjuntas, destinadas ao alcance dos objetivos propostos (BONALUME, 2011, p. 9).

Sobre a intersetorialidade Silva e Osawa (2020, p. 5) apontam que corresponde à “articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas”, na busca pelo desenvolvimento social. Os autores destacam que a intersetorialidade, juntamente com a interdisciplinaridade estão estritamente vinculadas com o princípio de trabalho em rede, entendido por eles, como a articulação de serviços entre diferentes agentes sociais a fim de viabilizar e defender direitos sociais (SILVA E OSAWA, 2020, p. 4,

apud ANDRADE *et al.*, 2015), desta forma essa articulação representa um importante meio para o enfrentamento das desigualdades sociais. Eles ainda apontam que:

A partir do trabalho em rede, busca-se consolidar uma perspectiva que integre, organize e totalize (NOGUEIRA, 2005), supondo relações mais horizontalizadas, derrubando limites de serviços que agem isoladamente, que inclui a participação da sociedade, comunidade e famílias (SILVA E OSAWA, 2020, p. 5).

Incidem, assim, reflexões sobre diferentes formas de se garantir o acesso aos direitos sociais garantidos constitucionalmente, dentre eles o lazer. Segundo Ungheri (2019), isso significa reconhecê-lo como dimensão da cultura humana, orientando as ações públicas quanto a necessidade de fomento às práticas de lazer, considerando, sobretudo, o princípio da justiça social. Nesse ínterim, Pintos (2017) enfatiza ser vital a incorporação do lazer e, por conseguinte, do esporte, nas agendas governamentais como forma de se viabilizar a implementação de políticas de estado e, a reboque, de projetos e programas perenes, da gestão coletiva, da formação continuada e do investimento sustentável em infraestrutura. Em adição, Capi (2016) lança luz à necessidade de se aliar as ações governamentais à intervenção de profissionais capacitados para uma atuação autônoma e segura junto à sociedade – o que acrescenta como norte reflexivo os aspectos ligados à formação inicial e continuada dos servidores públicos.

Para o campo do lazer, ter representação no marco legal, no entanto, não garante sua efetividade, muito menos sua qualidade, quanto menos a democratização de seu acesso (MOESCH, 2015). Nesse sentido, Duarte (2015) salienta que é necessário repensar a tendência de simples reprodução do texto constitucional no trato dessa temática, na tentativa de ir um pouco além das abordagens tradicionais concernentes ao tema. Para Gomes (2014):

[...]o lazer representa a necessidade de fruir, ludicamente, as incontáveis práticas sociais constituídas culturalmente. Essa necessidade concretiza-se na ludicidade e pode ser satisfeita de múltiplas formas, segundo os valores e interesses dos sujeitos, grupos e instituições em cada contexto histórico, social e cultural. Por isso, o lazer precisa ser tratado como um fenômeno social, político, cultural e historicamente situado (GOMES, 2014, p. 12).

O lazer é estabelecido como uma produção cultural humana, estabelecendo relações com diversas dimensões da vida social, como a educação, o trabalho, a arte, a economia, entre outros, tornando-se parte integrante e constitutiva de cada coletividade (GOMES, 2014). O lazer como direito, deve-se não apenas por sua representação constitucional, mas sim por sua materialização como necessidade humana. O esporte, por sua vez, também recebe atenção na Constituição no Artigo 217 que prevê como “dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um” (BRASIL1988, p. 113). No Inciso 3º do capítulo IV, nota-se uma aproximação entre o lazer e o esporte, quando se destaca que “o Poder Público incentivará o Lazer, como forma de promoção social” (BRASIL 1998, p. 113). É inegável a aproximação entre o esporte e o lazer principalmente no texto constitucional, entretanto, é importante reiterar que o lazer e o esporte guardam particularidades importantes que devem ser considerados na formulação de políticas públicas (UNGHERI, 2019).

Tratando do contexto a ser analisado no presente estudo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE (2019) indica que a cidade de Ouro Preto conta com uma área de 1.245.865 km² e uma população estimada de 74.558 pessoas no ano de 2020. O município é composto pela sede e mais 12 distritos, sendo eles: Cachoeira do Campo; Amarantina; Santo Antônio do Leite; Glaura; Miguel Burnier; São Bartolomeu; Rodrigo Silva; Antônio Pereira; Engenheiro Corrêa; Santa Rita de Ouro Preto; Santo Antônio do Salto e Lavras Novas. Sendo principalmente conhecida por sua rica história, a cidade foi tombada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) no ano de 1938, tornando-se patrimônio mundial no ano de 1980, título conferido pela UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization).

Tal reconhecimento deve-se, principalmente, ao fato da cidade ser um sítio urbano completo e pouco alterado em relação à sua essência: formação espontânea a partir de um sistema minerador, seguido por uma marcada presença dos poderes religioso e governamental, e fortes expressões artísticas que se destacam por sua relevância internacional (IPHAN, 2014, p.1).

Além disso, Ouro Preto se torna um grande atrativo turístico por seu relevo montanhoso que favorece práticas de aventura. Tais características tornam Ouro Preto um interessante campo de observação para agentes públicos interessados em promover e fortalecer políticas públicas de caráter intersetorial, entre elas, as que evidenciem o lazer e o esporte.

1.2 Objetivos

O objetivo do presente estudo foi analisar o lazer e o esporte como alvo de políticas públicas no município de Ouro Preto. Para tal, o trabalho busca identificar as políticas públicas de esporte e lazer do município, tendo como foco a prospecção de relações e dinâmicas intersetoriais entre a pasta designada para sua gestão e as demais secretarias e órgãos da administração executiva municipal. Almeja-se, ainda, refletir sobre as relações causais possíveis de serem percebidas sobre a ocorrência ou não do trabalho em rede.

1.3 Justificativa

O presente estudo de justifica por seu caráter diagnóstico. Torna-se importante ao passo que busca conhecer o que existe efetivamente acerca das políticas públicas de Esporte e Lazer no município de Ouro Preto, abrindo espaço para ações e projetos que venham a suprir as necessidades encontradas. Como anuncia Menicucci (2008), estudos desta natureza contribuem para a inclusão das políticas públicas de esporte e lazer na agenda pública, a partir do debate acadêmico, visto que a comunidade especialista tem fundamental importância na multiplicação de saberes e perspectivas de ação junto aos atores do cenário político-institucional.

2 METODOLOGIA

O estudo em tela é parte integrante do projeto de extensão “Projeto ELO – Esporte e Lazer Ouro-Preto”, que tem por objetivo implementar projeto de consultoria técnica no campo das políticas públicas de esporte e lazer, entre a Escola de Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto (EEFUFOP) e a Prefeitura Municipal de Ouro Preto, aprovado no Comitê de Ética e Pesquisa pelo parecer 3.928.074.

Para alcançar os objetivos do presente estudo, foi escolhida a abordagem qualitativa amparada em Denzin e Lincoln (2005), para quem esse tipo de pesquisa localiza o observador no mundo, traduzindo-se em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que lhe dão visibilidade, transformando-o em uma série de representações, tais como: notas de campo, entrevistas, fotografias, gravações, etc. Além disso, a abordagem qualitativa envolve um viés naturalista e interpretativo do mundo, o que significa que os pesquisadores estudam as coisas em seu cenário natural, tentando interpretar os fenômenos em termos dos significados que as pessoas atribuem a eles.

O levantamento de dados empíricos da pesquisa se deu utilizando o instrumento de entrevista. A seleção dos entrevistados se deu de forma que pudéssemos levantar dados sobre a pasta municipal responsável pelo esporte e lazer no município, assim como, das demais pastas que no nosso entender poderiam guardar relações com o tema. No corpo do texto as falas destacadas dos sujeitos foram identificadas através de codinomes, utilizando o padrão S1, S2 e assim por diante. Foi entrevistado 1 gestor ou profissional de carreira de cada pasta, sendo elas: Cultura e Patrimônio; Educação; Esportes e Lazer; Meio Ambiente; Saúde; Obras; Desenvolvimento Social; Turismo, Indústria e Comércio.

Segundo Szymanski (2004), adotar entrevista como instrumento de coleta de dados em pesquisas qualitativas tem sido solução para o estudo de significados subjetivos e de temas complexos demais para serem investigados por instrumentos fechados. Considera-se, assim, a entrevista como um encontro interpessoal, no qual se inclui a subjetividade dos envolvidos, podendo constituir-se em momento de

construção de um “novo conhecimento” dentro dos limites da representatividade da fala e na busca de uma horizontalidade nas relações de poder em que se delineou a proposta de entrevista chamada reflexiva.

Os entrevistados foram informados sobre os objetivos da pesquisa e consultados previamente sobre disponibilidade para sua realização. Após confirmação das entrevistas, os encontros foram agendados, de acordo com a disponibilidade dos entrevistados, que assinaram o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” – TCLE (APÊNDICE A).

A coleta dos dados se deu no primeiro semestre de 2020. Assim sendo, o cenário político no qual a pesquisa ocorre apresenta uma maior influência da gestão municipal que envolve o período de 2017 a 2020. Neste contexto as entrevistas foram realizadas por meio virtual, utilizando a plataforma on-line “Google Meet” e todas as reuniões foram gravadas. Os sujeitos da pesquisa foram informados de que os dados coletados seriam utilizados somente para fins desta investigação e que as entrevistas seriam gravadas utilizando a ferramenta da plataforma on-line e, posteriormente, seriam transcritas, preservando-se as identidades dos entrevistados. Os dados serão guardados pelo período de 5 (cinco) anos, no Laboratório de Lazer, Gestão e Política (LAGEP) da UFOP.

A análise dos dados coletados nas entrevistas se deu por intermédio da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), que envolve um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção das mensagens. Assim, essa fase permitiu a ordenação dos dados, organizando-os em padrões, categorias e unidades básicas descritivas. Sua interpretação envolveu a atribuição de significado à análise, explicando os padrões encontrados e procurando estabelecer relacionamentos entre as dimensões descritivas.

Os questionamentos levantados relacionavam as políticas públicas de esporte e lazer com as ações específicas de cada secretaria participante da pesquisa, na busca por aproximações com as nuances próprias do lazer e do esporte como temáticas de interesse do poder público. Também foram elencadas questões relacionadas às dificuldades observadas no dia a dia profissional, relações entre o

executivo municipal, estadual e federal e à participação da sociedade civil. Dessa maneira, foi aplicado um roteiro de entrevistas (APÊNDICE B) com 14 (quatorze) questões norteadoras e outras que surgiram como complementares à ampliação dos entendimentos relacionados ao tema da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com amparo nos dados que emergiram da pesquisa de campo, foi possível traçar três categorias de análise. A primeira delas se refere a um panorama geral sobre as políticas públicas com interface junto às dimensões do lazer e do esporte que, de alguma maneira, apresentam traços, indícios ou nuances do trabalho em rede ou intersetorial. A segunda se relaciona com os limites, obstáculos e desafios percebidos pelos gestores entrevistados, no que diz respeito à efetivação do trabalho conjunto entre os diferentes setores da administração pública municipal. Por fim, compartilham-se oportunidades de trabalho em rede identificadas a partir dos dados obtidos.

3.1 Panorama geral das políticas públicas em Ouro Preto

De modo geral, observou-se que as políticas públicas de esporte e lazer de Ouro Preto se assemelham à grande parte das experiências brasileiras já descritas na literatura. Medina (2019), em uma pesquisa buscando compreender as políticas públicas de esporte e lazer na cidade de Nova Lima - MG, aponta que as ações encontradas no município eram de caráter eventual e não contínuos. A autora ressalta ainda que não havia institucionalização dos programas de lazer e esporte e muitos desses programas consistiam de ações isoladas, sem uma política de lazer concisa, articulada e bem delimitada.

Mezzadri, Martines e Starepravo (2011), em um estudo acerca das políticas públicas para o esporte e lazer em municípios do Paraná, identificaram a presença de uma modelo gerencial autoritário, no qual as ações ocorrem pelas demandas dos próprios gestores, sem a participação efetiva dos anseios populares. Outros aspectos emergiram da referida pesquisa, como a falta de planejamento prévio, ações

predominantemente voltadas às modalidades esportivas e indefinição dos planos de governo.

Destarte, antes da reflexão específica sobre as categorias delineadas, é imperativo ressaltar a significativa menção às ações pontuais (assistêmáticas), geralmente denominadas como eventos, indicando significativo grau de reconhecimento de tais iniciativas como políticas de lazer e esporte desenvolvidas no/pelo município. Com destaque, verificou-se a realização dos Jogos do Interior de Minas (JIMI) e dos Jogos Escolares de Minas Gerais (JEMG), além de torneios e campeonatos vinculados aos esportes de aventura e ao futebol, tidos como elementos vocacionais da cultura esportiva ouro-pretana.

Nessa esteira, Capi (2016) enaltece a demanda por uma abordagem de política pública que contemple a proposição de eventos (ou ações assistêmáticas) para além da reprodução de atividades de forma inócua. Carece-se de planejamentos que concebam eventos como forma de fortalecimento dos laços paulatinamente construídos em experiências contínuas no território. Logo, sua presença como estratégia de ação governamental deveria caminhar lado a lado com a manutenção de projetos, atividades e oficinas permanentes, capazes de elevarem socialmente as vocações culturais do município.

Cabe ressaltar, que a realização de eventos é frequentemente considerada como estratégia das cidades para promoverem iniciativas de lazer e esporte por conta própria (UNGHERI E ISAYAMA, 2020). Entretanto, para que isso ocorra os autores afirmam que os eventos não podem ter fim em si mesmos, cabendo aos gestores de esporte e lazer se orientarem pela promoção de iniciativas que tragam consigo a produção de sentido e significado à comunidade envolvida. É necessário elaborar projetos que consolidem os princípios de governo, mas que antes disso sejam voltados ao atendimento das demandas sociais e, principalmente, às práticas que emergem do cotidiano das pessoas.

Sobre as ações sistemáticas, de caráter contínuo, foram identificadas diferentes vertentes de ação diretamente vinculadas à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL). Emergiram do trabalho de campo o projeto “Bem-Viver”, voltado para idosos e adultos na busca por proporcionar à população práticas regulares e bem orientadas de atividades físicas. Nesse ponto, é importante ressaltar a fala de um dos

sujeitos da pesquisa, que enfatizou o referido projeto como “meio para promoção da saúde dos indivíduos e sua formação cidadã” (S3). Nota-se que, pelo trecho destacado, existe uma concepção interessante sobre os objetivos do projeto, demonstrando que os servidores envolvidos com o referido órgão público possuem significativo grau de apreensão acerca das possibilidades de contribuição que sua pasta pode direcionar à sociedade.

Em adição, o projeto “Melhor Atividade” compõe a grade de ofertas da SMEL, atendendo idosos instituídos numa casa de longa permanência. Também foram identificados os projetos “Viva a Atividade” - direcionado aos alunos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), o “CAPS-Saúde” - voltado às pessoas em situação de recuperação do uso abusivo de álcool e drogas ilícitas, o “Projeto Ginástica” - voltado para jovens e adultos, o “Oficina de Futebol” - voltado para crianças e o “Projeto Futsal” - para adolescentes. Todos eles são desenvolvidos de forma autônoma pelo município, que disponibiliza recursos financeiros e humanos para sua viabilização. Com exceção do “CAPS-Saúde”, todos os demais projetos ocorrem de forma pontual pela cidade, sem que se estabeleçam diálogos diretos entre os diferentes setores da administração pública.

Foram percebidas tímidas aproximações entre o setor público e a iniciativa privada, o que pode ser mais bem aproveitado como estratégia de políticas públicas. Quando bem desenvolvida, possibilita uma ação mais eficiente das políticas de esporte e lazer nos municípios (STAREPRAVO, 2011; UNGHERI, 2014). Entretanto, essa cooperação deve ocorrer de tal forma que sejam mantidos os interesses da comunidade, em detrimento dos interesses pessoais e políticos. Dentre os projetos em parcerias com o setor privado, vale destacar o “Sada Cruzeiro Vôlei”, que além da parceria com a Prefeitura, possui vínculo com o clube Ouro Preto Tênis Clube (OPTC), que cede espaço para a realização de aulas de voleibol sob orientação dos servidores do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) campus Ouro Preto, que também contribui na cessão de infraestrutura para realização das atividades.

Outras parcerias entre Prefeitura, Fundação Aleijadinho e Instituto Trampolim fomentam a oferta de aulas de judô e de ginástica de trampolim para crianças e adolescentes do Centro Histórico de Ouro Preto. Estes são dois exemplos distintos de parceria, explicado por um dos entrevistados:

(...) o projeto da Fundação Aleijadinho a gente cede o profissional mesmo ele estando vinculado à fundação, ele está vinculado também à prefeitura. E no caso do Instituto Trampolim a gente faz a parceria financeira, no caso do Instituto Trampolim a gente tem um subsídio que é passado para eles anualmente, assim como, a Liga Esportiva (S3).

Na mesma direção, vale destacar o trabalho realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Social, que utiliza as unidades dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) para desenvolver atividades de esporte e lazer com os usuários desses espaços. Alguns exemplos de ações que ocorrem desta maneira estão expostos a seguir:

(...) hoje no município como que a gente consegue abordar o esporte e o lazer de forma direta ou indireta, dentro dos CRAS a gente tem alguns programas e projetos que são desenvolvidos que utilizam dessa vertente tanto do esporte quanto do lazer que é oferecido diretamente aos usuários, e aí, usuários de todas as faixas etárias, (...) a gente tem algumas oficinas, por exemplo, oficinas de expressão corporal que é desenvolvida no município a muitos anos já e tem forte adesão do público usuário, tem também de defesa pessoal, por exemplo, dentro do CRAS, zumba para todos, uma atividade de Karatê, a gente iniciou esse ano com um recurso do financiamento da política de assistência social um circo no CRAS então antes a gente já tinha uma parceria com o OCA que é a organização cultural ambiental do município que dá aulas de circo, (...) então a gente tá conseguindo desenvolver para criança e adolescente em todos os cinco CRAS que a gente tem no nosso território, o circo (...) (S7).

Nesta linha, cumpre ressaltar algumas ações capitaneadas pela Secretaria de Cultura e Patrimônio, mesmo que de forma pontual, direcionadas pela valorização do patrimônio histórico cultural de Ouro Preto. Esses trabalhos correspondem a projetos de lazer realizados em casas de cultura, aproveitando o interesse despertado pelas atividades para promover a aproximação da população junto aos espaços culturais da cidade, como destaca-se a seguir:

(...) as casa de cultura nos bairros que têm diversas atividades esportivas que acontecem nelas que é muito interessante porque através de uma atividade de esporte você consegue atrair um público para dentro da casa de cultura num conceito amplo (...) As casas de cultura por exemplo, eu destaco a do Padre Faria, que eu vejo como um exemplo, quase que você não tem agenda para novas atividades e quase que um terço, talvez até a metade das atividades, são ligadas à prática esportiva com aula de zumba, de alongamento, aula de ginástica e com o público de todas as idades, de toda

faixa etária, obviamente segmentada de acordo né com a especificidade e de poder aquisitivo diferente (...) a Casa de Cultura Negra que também foi concebida dentro dos aspectos da arquitetura, (...) E hoje tenho na equipe lá um professor de capoeira (...) (S1).

Finalmente, sublinha-se o Programa de Educação e Patrimônio “Ouro Preto Meu Lugar”, realizado através de parceria entre as Secretarias de Educação e de Cultura e Patrimônio, tido como “carro-chefe” da Secretaria de Educação. O programa é realizado também em parceria com a Pró-reitoria de Extensão – UFOP, tendo como norte a realização de um trabalho em torno do patrimônio histórico e cultural da cidade de Ouro Preto, buscando uma compreensão amplificada sobre o tema, sobretudo pelo incentivo à educação do olhar das crianças e jovens da cidade:

(...) a ideia desse programa é trabalhar a questão do patrimônio de uma maneira mais ampla partindo de um patrimônio bem pessoal né, bem afetivo, do patrimônio afetivo para depois ir para esse patrimônio consagrado porque o que a gente percebe é que assim... a função dele é porque as crianças, as pessoas não respeitam as vezes porque não conhecem, porque não se sente pertencente àquilo, parte daquilo (...) (S2).

O programa “Ouro Preto Meu Lugar” possui um caráter multidisciplinar, sendo trabalhado pelos professores de todas as disciplinas das escolas. Em soma, institui mecanismos de formação continuada aos docentes, atuando na sede e nos distritos do município, promovendo a capilaridade dos saberes provenientes do conhecimento produzido socialmente.

Em síntese, ao observar as iniciativas e ações desenvolvidas no município, verificou-se que os lapsos de trabalho conjunto nas diferentes pastas do executivo municipal parecem frágeis, relacionando-se com aspectos operacionais e burocráticos designados à execução dos eventos, não sendo percebidas concepções orgânicas sobre a identidade ou o caráter próprio da cultura local que se deseja promover. Com isso, percebe-se que a dinâmica do trabalho em rede pode contribuir com o cenário em tela, na medida que estimula a conexão entre as demandas, os raios de ação e os resultados almejados pelos diferentes órgãos da administração pública.

3.2 Desafios para o trabalho intersetorial junto às políticas de lazer e esporte

A aproximação entre diferentes entidades, tanto da união quanto da iniciativa privada, ocorre na tentativa de superar algumas dificuldades enfrentadas pelo executivo municipal para alavancar as ações de lazer, cultura e esporte. Essas dificuldades não são novidades em se tratando de políticas públicas na área, como já apontado pela literatura do campo (BONALUME, 2011; STAREPRAVO, 2011; CAPI, 2016; PINTOS, 2017; UNGHERI, 2019). Pinto *et al.* (2011) lançaram olhar para o cotidiano de gestores do lazer e identificaram limitações quanto à desinformação sobre o lazer como direito, as preferências da população, a indissociabilidade junto ao esporte, as oportunidades de acesso nas cidades e sua distribuição pelo território, a insegurança aliada à escassez de recursos. Também surgem dificuldades relacionadas aos elementos de cunho político operacionais, como a desconsideração das demandas da população, a ausência de programas orientados para diferentes públicos, a descontinuidade de programas, o desafio da formação de quadros profissionais permanentes e sua qualificação, além da ausência de trabalho intersetorial.

Nessa esteira, o presente estudo identificou significativas aproximações com os pontos elencados por Pinto *et al.* (2011). Dentre os relatos levantados pelos entrevistados, alguns fatores limitantes se destacaram, como as questões referentes a entraves políticos, tanto em relação ao caráter de clientelismo e assistencialismo adotado pelos gestores, quanto à falta de formação e habilidade dos gestores, como se pode observar:

(...) depende da vontade política por não ser algo construído legalmente então a vontade política é primordial e também quem está à frente dessas pastas de ter essa conversa, dessas ações integradas e ter também um motivador para tal, por exemplo, aqui no município de Ouro Preto a gente começou com uma aproximação com a secretaria de esportes, depois a secretaria de esportes foi absorvida pela secretaria de educação e hoje é secretaria de esportes de novo (...) (S7).

(...) não existe uma política de governo que obrigue o diálogo entre todos os setores, então se você pega uma pessoa que não tem um diálogo próximo, corre-se o risco de você não conseguir conversar (S1).

(...) eu não queria que fosse aberto lá porque no meu modo de avaliar ali não precisava, era bom que a gente levasse para outro lugar, a minha avaliação é sempre nesse sentido só que (...) a avaliação do político não é, na época o gestor da pasta falou “não, mas lá vai ficar visível” né, então quer dizer, a gente esbarra nessas questões. (S3).

(...) fico muito decepcionado de como é tratado não só o esporte quanto a parte de meio-ambiente e quanto as unidades de conservação, eu não falo só em âmbito municipal tá, tô falando de estadual e federal e não erro de gestão local né, gestão da unidade, eu falo isso de gestão pública enquanto os governadores, os prefeitos, os presidentes, é uma cultura geral (...) (S4).

A respeito da falta de formação no quadro de profissionais do lazer, Marcellino (2001), ao analisar o processo de formação e desenvolvimento de quadros, aponta frequentes queixas por parte dos responsáveis pelos executivos sobre a falta de pessoal qualificado para desempenhar funções na área. Sobre isso, Isayama (2003) enfatiza a necessidade de entender o lazer como um campo de atuação multidisciplinar, que favorece a consolidação de propostas interdisciplinares. Para Corrêa (2009, p. 140) os profissionais do lazer devem trabalhar em equipes multidisciplinares, “com o objetivo de oferecer uma gama de possibilidades, contemplando os diversos interesses do lazer – interesse físico/esportivo, social, artístico, intelectual, entre outros- proporcionando a melhoria da qualidade de vida”. Neste sentido a atuação no âmbito do lazer requer dos profissionais uma formação específica, pois exige-se deles a compreensão de questões gerais sobre a temática, necessitando do conhecimento teórico para efetivar seu trabalho.

Outro fator bastante recorrente nas falas e que vale ser destacado foi quanto ao déficit de recursos financeiros, humanos e de infraestrutura:

(...) voltando àquela questão primária da ausência de equipe para desenvolver uma política, seja em parceria ou seja própria né, a gente tem essas fragilidades (S7).

E isso se materializa em algum programa específico, tipo, aulas semanais de esportes, algum evento ou no contra turno? (...). Não, não tem nem espaço e nem profissional para isso (...) (S7).

Eu acho que a falta de recurso acaba fazendo com que isso fique inviável mesmo porque o NASF aconteceu por falta de recurso né (...) acabou que o município teve por financeiro mesmo, a equipe multidisciplinar nossa acabou assim sofrendo um pouco (...) (S5).

É o que falta muito aqui porque a gente depende de espaço que não é nosso, o espaço que a gente não tem no município então a gente começa a perceber a importância de ter mesmo uma política de esporte e lazer no município (...) (S3).

A descontinuidade de programas também foi um fator relatado pelos entrevistados, como pôde ser visto em algumas falas, com destaque para a inserção abaixo:

Desde que eu entrei na prefeitura em 2007, já tem mais de 10 anos, a gente vem vivendo isso né, exatamente isso, o gestor que chega dá a cara que ele quer e as coisas não têm uma continuidade não. (...) a continuidade de projeto depende de gestor e qual o interesse político naquele momento, então eu volto a falar, política pública tem que estar escrito num papelzinho bonitinho para quem chegar lá não ter como fugir disso (S3).

Isto demonstra que o município de Ouro Preto, apesar de desenvolver algumas ações, projetos e eventos que buscam garantir a oportunidade de acesso ao lazer e ao esporte a toda a comunidade, age de forma pontual e descontinuada, sem articulação concisa e delimitada. Essa característica de descontinuidade das políticas públicas é considerada por Rodrigues e Isayama (2014) como uma característica de todos os setores de políticas públicas, e não só dos setores do lazer, da cultura e do esporte. Para os autores, historicamente as políticas sociais brasileiras têm se pautado pela fragmentação e/ou descontinuidade, ficando a cargo das mudanças de governos.

Outro ponto observado nesta pesquisa que contribui para a descontinuidade nos projetos, foi a falta de um planejamento que possa direcionar as políticas públicas de esporte e lazer do município, impossibilitando uma organização das ações neste setor, que possa ser seguida por diferentes governos. Essa falta de planejamento é reflexo da forma como o próprio governo nacional trata as políticas públicas de esporte e lazer. De acordo com Suassuna e Almeida (2005), o governo nacional possui um planejamento com caráter setorial, “que pode resultar em um conjunto de experiências não aprofundadas. Na mesma toada, Ungheri e Isayama (2020) demonstram ser preciso valorizar o processo de planejamento das políticas públicas, não o

concebendo como mera formalidade ou mecanismo burocrático. Tal compreensão parece emergir da fala a seguir:

(...) eu acho que se a gente conseguisse (...) construir a política municipal de esportes, eu acho que isso vai ser o carro-chefe e vai ser esse programa estruturante, aquilo que vai dar coesão e que vai mostrar pra gente por onde que a gente tem que seguir, qual que é o nosso objetivo, a nossa meta, as nossas ações, então eu acho que se a gente conseguisse estabelecer essa política municipal, no meu modo de entender, isso vai ser um programa estruturante. Hoje a gente tem ações, projetos, coisas que são de certa forma isoladas, mas que não estão alinhadas ou amarradas em algo maior (...) (S3).

A fim de combater a descontinuidade das políticas públicas de lazer e esporte, Suassuna e Almeida (2005) propõem a definição de um planejamento continuado e que busque, para além disso, a intersetorialidade. Os autores afirmam que somente através de um planejamento continuado é possível estabelecer uma política de Estado, que possa direcionar as ações e programas de políticas públicas. O trabalho intersetorial, pouco percebido na conjuntura da pesquisa, pode ser alavancado a partir do estabelecimento de rotas e rumos de ação orientados pelas demandas sociais, pelos anseios da cidade.

Cabe dizer que, considerando a totalidade do território de Ouro Preto, o contexto analisado amplia as dificuldades para o estabelecimento do trabalho intersetorial, tendo em vista a concentração das políticas públicas em torno do Centro Histórico. Como narram todos os sujeitos da pesquisa, é notável a dificuldade de fazer presente a ação governamental de forma simétrica pelos 12 distritos do município, muito em função da falta de capital humano e da ausência de um modelo gerencial que norteie as tomadas de decisão em rede.

Como aponta Rosa (2017), o município de Ouro Preto apresenta um bom volume de equipamentos de esporte e lazer, mas sua distribuição se concentra na região central da cidade. A partir desse diagnóstico, a autora reforça a necessidade de se desenvolver ações que ampliem o alcance territorial do esporte e do lazer como direitos sociais dos munícipes. Somado a isso, propõe uma abordagem multidisciplinar a partir da ampliação e qualificação do quadro de profissionais que

desenvolvem oficinas e programas pela cidade, o que pode ser alcançado a partir do presente projeto.

3.3 Nuances do trabalho intersetorial no município

Diversos autores destacam as características e potencialidades do trabalho interdisciplinar e intersetorial nos campos do lazer, da cultura e do esporte (AMARAL; RIBEIRO; SILVA, 2014; BONALUME, 2011; PINHO; RIBEIRO, 2010; STAREPRAVO, 2011; UNGHERI, 2014; CAPI, 2016; PINTOS, 2017). A respeito da interdisciplinaridade nas políticas públicas, Bonalume (2011) argumenta que:

No campo das políticas públicas a divisão do aparelho do estado em áreas fragmentadas de intervenção especializada precisa ser superada à luz das exigências da coordenação e gestão das ações, da matricialidade das políticas e da integração dos esforços no plano territorial. As demandas complexas, que vêm aumentando nesse período histórico, tendem a exigir a ampliação da proteção social e do desenvolvimento humano, para a obtenção de resultados mais eficazes, que demandam estratégias interdisciplinares, entre as políticas sociais, articulando as ações e respeitando as demandas regionais e de cada segmento (BONALUME, 2011, p. 6).

A complexidade das demandas do município exige que as ações de políticas públicas busquem uma articulação entre os diferentes setores, a fim de que se possa realizar um trabalho em conjunto objetivando atender às necessidades da comunidade. A autora destaca o potencial de relação que o lazer e o esporte possuem com diversas áreas como a saúde, educação, cultura, desenvolvimento social, segurança, turismo, direitos humanos, entre outros, e que esse potencial tem sido explorado cada vez mais por programas estruturantes que procuram atuar diretamente no enfrentamento de problemas ou questões sociais complexas. Ao longo das entrevistas realizadas neste trabalho, perceberam-se várias falas que compartilham essa visão a respeito das potencialidades do trabalho entre diferentes áreas.

No âmbito do turismo, que corresponde a uma importante área de arrecadação para o município de Ouro Preto, foram destacadas as possibilidades do esporte para o favorecimento de aspectos econômicos para o município. Além de vantagens relacionadas à economia, outra possibilidade levantada nas falas analisadas diz respeito ao trabalho com o meio ambiente, conforme trechos em destaque:

É provado que hoje o evento esportivo, a prática de esporte, é uma das principais modalidades de turismo, quando você faz um grande evento esportivo na cidade, o atleta, vou fazer um evento de mountain bike só aquela bicicleta custa 50mil reais, 60mil reais etc. e tal e esse atleta nunca vem sozinho, ou ele vem com o pequeno staff dele e geralmente acompanhado da família, então isso tinha do ministério do turismo mostrando a capacidade desses eventos esportivos em fluxo turísticos (...) a atração dessa nova modalidade de eventos esportivos para Ouro Preto para a geração de fluxo, geração de renda (...) o público do esporte gasta 3 vezes mais que o público do evento cultural. (...) eu acredito muito nisso, na união de cabeças e de áreas, o turismo envolve muito atividade multidisciplinar como é o esporte também, então a gente sempre tentava trabalhar de forma conjunta os equipamentos turísticos da cidade para dar as vezes essa proximidade com a população né que é essencial e o esporte podia ajudar muito nisso(...) (S8)

(...) para mim é primordial para que uma educação ambiental aconteça, a experimentação, não existe uma educação ambiental de sala de aula, não existe (...) então eu acho que sem experimentação a gente nunca vai aprender a viver no meio-ambiente, aliás, no ambiente que nos circunda, não tem como (S4).

Sobre as aproximações junto ao meio ambiente, notaram-se diferentes eixos de ação possíveis de serem trabalhados, ficando evidente a indissociabilidade de ambas as dimensões. Em adição, ficou latente o potencial que o turismo de aventura apresenta na conjuntura analisada, tanto em relação aos aspectos econômicos quanto de ampliação do rol de oportunidades de atividades a serem ofertadas à população local. Nesse ponto, outro elemento a ser explorado diz respeito à educação ambiental, tida como ponto central para qualquer comunidade intencionada à viver sob a égide da sustentabilidade:

(...) num final de semana quente deve dar umas 5 mil pessoas de circulação no parque (...) gente que não entende nada de meio-ambiente, que veio aqui porque escutou falar que é bonito, que tem água para molhar, orientar que não se pode fazer um churrasco ou acender fogo fora da área específica que é a área da churrasqueira, orientar que não pode ter som alto, que o som veicular é proibido por cauda do incômodo que causa, por causa do afugentamento de fauna (S4).

E a questão dos crimes ambientais que eu te falei, o lazer já chegou a criar problemas sérios, os esportes off-roads. (...) esse problema surgiu em Lavras Novas, não tem tanto tempo né, mas com a utilização dos quadriciclos e motos de trilha, naquelas estradas principais que por lei de trânsito é proibido o off-road circular no centro né, nas vias públicas. Então, isso começou a gerar muito problema ambiental, muita erosão, muita degradação de encosta, da própria pavimentação antiga, da parte que não tem pavimentação, só tem drenagem e a drenagem também começou a virar erosão. Então isso aí gerou um processo no ministério público que nem ficou só local não, virou um processo no ministério público no quadrilátero inteiro, principalmente aqui no sul da serra do Espinhaço, então quer dizer, tudo que está Ouro Preto, Mariana, Serra da Moeda, nesse finalzinho aqui mesmo, Ouro Branco, tá tudo criminalizado pelo Ministério Público enquanto não se chega num consenso, então quer dizer, moto de trilha está proibida de circular nas trilhas dos municípios de Ouro Preto, Mariana, Ouro Branco, (...) e nosso grande problema de degradação que é pontual e criminoso é justamente dos motoqueiros de finais de semana (...) e gera risco até para quem usa aquilo como forma de lazer né (S4).

Na mesma direção, também foram prospectadas oportunidades potenciais de trabalho intersetorial junto ao Serviço Social e à Saúde, conforme destaques a seguir:

Se a gente pensar, aparentemente né, esporte, desenvolvimento social e cidadania estão em campo semânticos afastados só que o esporte é apresentado como um instrumento potencial de formação e promoção do exercício dessa cidadania e das políticas sociais como uma forma de materializar os direitos sociais, então assim, dentro do que a gente garante que a gente fala aí dos mínimos sociais essa ação focalizada com a necessidade de melhorar ou de readequar as reações da questão social inerentes dessa nossa sociedade capitalista a gente precisa dessa integralidade, então assim, as políticas sociais constituem como uma atuação contra hegemônica dessa mobilização e, como eu falei antes, ela pode vir a garantir um espectro de emancipação humana, então por mais que a gente pense que são questões distintas, elas estão ligadas (...) indiretamente, eu penso que todas as políticas públicas deveriam, e todos os programas e projetos sociais, conversar de alguma forma para que possa garantir a defesa desses direitos sociais (S7).

(...) hoje a secretaria de saúde tem o Programa de Saúde da Família, (...), que é a atenção básica de saúde, esse é o programa estratégico mesmo, ele tem como objetivo principal a prevenção da saúde que eu acho que está muito ligado ao esporte também que é a prevenção, ele é aplicado em todo o município e nos distritos né que consta com a atenção primária, é um programa em âmbito nacional, não é só municipal esse programa tanto que ele conta com financiamento estadual, federal e municipal e esse é o programa principal da secretaria de saúde, é esse mesmo o PSF, o Programa de Saúde da Família (S5).

É importante destacar que nas duas últimas falas existe o reconhecimento de que o déficit de planejamento não está apenas nos municípios, mas é uma

característica presente em âmbito nacional, o que corrobora com os achados de Ungheri e Isayama (2020). Por fim, coloca-se em tela novamente o programa “Ouro Preto Meu Lugar”, que além de ser o projeto mais estruturado no município, sob uma ótica de trabalho em rede e intersetorial, apresenta-se como uma iniciativa que oportuniza inúmeras as possibilidades de vinculação junto às atividades de lazer e esporte, com destaque para atividades que proporcionem o deslocamento pela cidade, a visitação de espaços como museus, parques e teatros, além do reconhecimento das produções artísticas e do artesanato local.

É destacável no programa, o caráter de busca pelo sentimento de pertencimento das crianças em relação ao patrimônio do município, visto que esse reconhecimento como pertencente ao patrimônio o faz ter significado na vida das pessoas e, conseqüentemente, ser valorizado e cuidado. Cardoso *et al.* (2017) refletem sobre o sentimento de pertencimento:

Podemos afirmar que o sentimento de pertencimento implica em olhar e reconhecer-se. Provoca ainda pensar em si mesmo como integrante de uma sociedade que atribui símbolos e valores éticos e morais, o que destaca características culturais (CARDOSO; CURA; VIANA; QUEIROZ *et al.*, 2017, p. 89).

Segundo os autores, “sentimento manifestado pelos sujeitos sociais acerca do ambiente em que vivem carrega as singularidades de sua formação e encerra circunstâncias emocionais, muitas vezes, apenas vividas ali” (CARDOSO; CURA; VIANA; QUEIROZ *et al.*, 2017, p. 89). Isso significa que o sentimento de pertencimento a um determinado grupo ou lugar define os significados que aquele meio tem para os indivíduos, justificando o trabalho de educação e patrimônio nas escolas de Ouro Preto.

Pinto (2004, p. 77), realizou um trabalho com jovens do município de Belo Horizonte, onde observou três significados atribuídos pelos jovens ao tempo de lazer, “(1) momento de pertencimento, (2) de encontro e (3) de repetição criativa da prática cultural vivida”. Referindo-se ao significado de tempo de lazer como pertencimento a autora escreve que a dimensão de sentidos do tempo de lazer focaliza os contextos imediatos dessa experiência vividos por sujeitos que buscam pertencimentos do seu

lugar no mundo. Pertencimentos que se tornam laços, ancorados pela experiência lúdica identificada em meio à mobilidade e comunicação dos corpos. Em vista disto, fica evidente a contribuição que o lazer pode trazer ao programa “Ouro Preto Meu Lugar” visto que se destaca como uma poderosa ferramenta de promoção do sentimento de pertencimento aos lugares do cotidiano.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de descentralização política apresentado nos últimos anos municipalizou um conjunto de competências e responsabilidades, atribuindo aos municípios a autonomia de definirem suas políticas públicas e aplicarem seus recursos. Nesse âmbito, refletindo sobre a efetividade das políticas públicas que almejam a redução das desigualdades, propostas de políticas intersetoriais revelam-se possibilidades na garantia dos direitos sociais. O estudo à vista buscou investigar o lazer e o esporte como objeto de políticas públicas no município de Ouro Preto, almejando-se identificar as políticas públicas que abarcassem as dimensões lazer e esporte no município, revelando como essência a prospecção de relações e dinâmicas intersetoriais entre a pasta designada para sua gestão e as demais secretarias e órgãos da administração executiva municipal.

Dentre as ações diretamente ligadas à SMEL, foram encontradas algumas iniciativas que perpassam, mesmo que timidamente, o trabalho intersetorial. Em todos os casos, essas iniciativas se apresentam de maneira pontual e desarticulada de um modelo gerencial orientado pelo estímulo ao trabalho em rede. Nesse direcionamento salientam-se os trabalhos realizados junto às Secretarias de Saúde, através do CAPS-Saúde, e de Desenvolvimento Social, por intermédio dos CRAS, onde são realizadas oficinas de zumba, karatê, expressão corporal e circo. Também merece destaque a ocorrência de oficinas realizadas no âmbito das instalações sob responsabilidade da Secretaria de Cultura e Patrimônio, contendo aulas de zumba, capoeira, alongamento e ginástica. Por fim, sublinha-se o projeto “Ouro Preto Meu Lugar”, executado pela Secretaria de Educação e pela Secretaria de Cultura e Patrimônio, que trabalha o reconhecimento do patrimônio histórico cultural de Ouro Preto com crianças e jovens no ambiente escolar.

A fragilidade presente no desenvolvimento da intersetorialidade no município se dá pela existência de barreiras que a limitam. No decorrer do trabalho muitos foram os desafios relatados pelos entrevistados e que contribuem para dificultar o desenvolvimento do trabalho intersetorial ou em rede no município. Dentre esses desafios, ressaltam entraves de ordem do jogo político, caracterizados pela falta de

formação e habilidade de alguns gestores e pelos interesses políticos dos chefes do executivo no município, que orientam todo o trabalho sob uma ótica assistencialista e clientelista, buscando visibilidade acima da efetividade das ações. Além desta, outra dificuldade relevante foi a falta de planejamento sobre as políticas públicas do município, o que contribui inclusive para o caráter setorial, desarticulado e descontínuo das ações. À reboque, identificou-se que a larga extensão territorial e a falta de recursos humanos dificulta a presença da ação governamental nos distritos.

Os profissionais entrevistados reconheceram a importância da intersetorialidade para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficientes e a potencialidade do esporte e lazer para a implementação desse trabalho. Isto posto, evidenciam-se perspectivas para esta implementação, dentre as quais, a proximidade com o turismo se mostra de grande contribuição tanto para os aspectos de esporte e lazer propriamente dito, quanto para os aspectos econômicos do município, visto seu potencial atrativo. Ademais, o lazer voltado para as práticas de turismo e esporte de aventura, também são frisados como boas contribuições, dadas as características de Ouro Preto, com grande volume de reservas, permitindo um trabalho interdisciplinar capaz de unir esporte e lazer, turismo, meio ambiente e educação, vide suas contribuições, para a experimentação e educação ambiental. Vale a ressalva aqui para a possibilidade de inclusão no projeto Saúde da Família, que presa por desenvolver uma política de prevenção da saúde. Finalmente, destacam-se as diversas potencialidades presentes na inclusão de atividades de lazer no programa “Ouro Preto Meu Lugar”, o que poderia alargar o rol de alternativas pedagógicas para a consolidação das ações educativas intencionadas.

Com amparo nas reflexões desenvolvidas a partir dos dados emergentes da pesquisa, é possível indicar iniciativas capazes de ampliar a institucionalização do trabalho intersetorial e em rede no município de Ouro Preto. Um dos elementos estaria no fortalecimento do Conselho Municipal de Esporte e Lazer, tornando-o deliberativo ou até mesmo normativo. Nessa direção, especula-se que a criação de um Fundo Municipal de Lazer e Esporte teria a capacidade de orientar a captação de recursos para o desenvolvimento de projetos na área, o que seria legitimado pela participação do próprio Conselho no processo de licitação, seleção e avaliação das ações propostas. Nota-se também que a composição de quadros de trabalho com servidores efetivos amplia o alcance das políticas públicas, assim como a sua perenidade,

qualificando-a e, conseqüentemente, justificando a sua estruturação por parte do poder público.

Todavia, para que se verifique a construção de uma política municipal de lazer e esporte, com característica de uma política de Estado, é imperativo que todas as iniciativas se ancorem num Sistema Municipal de Lazer e Esporte, que se faz urgente construir para aprimorar o investimento dos recursos públicos, sejam eles financeiros, humanos e até mesmo políticos. Com isso, vislumbra-se a definição das conexões intersetoriais capazes de otimizar o trabalho em rede e, conseqüentemente, o atendimento às demandas da população ouro-pretana, intensificado por uma futura comissão de análise das ações intersetoriais. Como enfatizado ao longo do trabalho, o presente estudo representa um recorte do projeto de extensão “Projeto ELO – Esporte e Lazer Ouro-Pretano”, cujos resultados serão compartilhados junto à administração municipal na intenção de contribuir com o processo de formação de agenda para as ações de lazer e esporte em Ouro Preto.

REFERÊNCIAS

Alcântara, F. H. C. Municipalização e políticas públicas: a regulamentação como projeto e a prática social como resposta. **CSONline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 10, 2010.

Amaral, S. C. F.; Ribeiro, O. C. F.; Silva, D. S. Produção científico-acadêmica em políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. **Motrivivência**, 26, n. 42, 2014.

Bardin, L. *Análise de Conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: **Edições**, v. 70, 1977. 223 p.

Bonalume, C. R. O paradigma da intersetorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer. **Licere**, 14, n. 1, p. 01-26, 2011.

Brasil. [Constituição (1988)] Constituição da República Federativa do Brasil : texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional no 105/2019. – Brasília : **Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas**, 2020. 397 p. Disponível em : <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf?utm_source=Facebook&utm_medium=MidiasSociaisSenado>. Acesso em: 12 out. 2020.

Capi, A. H. C. Uma análise sobre a trajetória e a formação de formadores do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). Tese de Doutorado (Estudos do Lazer). **Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte. 2016.

Cardoso, D.; Cura, S.; Viana, W.; Queiroz, L. *et al.* Espacialidades e ressonâncias do patrimônio cultural: reflexões sobre identidade e pertencimento. **GOT - Journal of Geography and Spatial Planning**, v. 1, n. 11, p. 83-97, 2017.

Corrêa, E. A. Formação acadêmica e intervenção profissional de Educação Física no âmbito lazer. **Motriz. Revista de Educação Física. UNESP**, v.15, n.1, p.132-142, 2009.

Denzin, N. K., and Lincoln, Y. S. (Eds.). *The Sage handbook of qualitative research*. **Sage**, 2011.

Duarte, B. A. F. Recriando o direito ao lazer. O direito social ao lazer no Brasil. **Autores Associados**. Campinas, série 3, p. 23-44, 2015.

Gomes, C. L. Lazer: Necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v.1, n.1, p.3-20, 2014.

Guimarães, M. d. C. L. O debate sobre a descentralização de políticas públicas: um balanço bibliográfico. **Organizações & Sociedade**, v. 9, n. 23, p. 1-17, 2002.

Hofling, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, Campinas, SP, v.21, n. 55, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Cidades e Estados**. 2020. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/ouro-preto.html>>. Acesso em: 18 out. 2020.

IPHAN. Portal IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Ouro Preto (MG)**. 2014. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/373/>>. Acesso em: 18 out. 2020.

Marcellino, N. C. Lazer & esporte: políticas públicas (Org.). **Autores Associados**, ed. 2. Campinas, 2001.

Medina, A. C. R. As políticas públicas de esporte e lazer na cidade de nova lima-mg na gestão de 2013 a 2016. **Licere**, 22, n. 4, p. 01-41, 2019.

Menicucci, T. Políticas de esporte e lazer: o estado da arte e um objeto em construção. In: Isayama, H. F. Linhares, M. A. Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o esporte e o lazer. Belo Horizonte: **Editores UFMG**, 2008. p. 179-202.

Mezzadri, F. M.; Martines, I. C.; Starepravo, F. A. Apontamentos iniciais acerca das políticas públicas para o esporte e o lazer em municípios paranaenses. Isayama HF, et al. Gestão de políticas de esporte e lazer. Belo Horizonte: **Editores UFMG**, 2011.

Moesch, Marutschka Martini. O lazer faz o elo: Reinventar as políticas públicas para o lazer e o turismo humanizadores. **Direito social e lazer no Brasil**, p. 61-77, 2015.

Nascimento, S. d. Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas. **Serviço Social & Sociedade**, n. 101, p. 95-120, 2010.

Ouro Preto (MG), IPHAN, c2014. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/373/>>. Acesso em: 19 out. de 2020.

Ouro Preto, IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, c2017. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ouro-preto/panorama>>. Acesso em: 19 out. de 2020.

Pinho, G. S. A.; Ribeiro, H. B. A. Intersectorialidade: por que não dá certo? – as políticas públicas e seus desencontros. **Polêmica**, 9, n. 1, p. 14-27, 2010.

Pinto, L. M. S. M. Sentidos e significados de tempo de lazer na atualidade: estudo com jovens belo-horizontinas. Orientador: Dra. Eustáquia Salvadora de Sousa. 2004. 199 f. Tese (Doutorado) – Educação, **Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2004.

PINTO, L.M.S.M. et al. Desafios para a gestão das políticas de lazer no Brasil. Isayama, H. et al. Gestão de políticas de esporte e lazer. Belo Horizonte: **UFMG**, p. 27-49, 2011.

Pintos, A. E. O papel social do agente público de esporte e lazer. **Revista de Asociacion Latinoamericana de Estudios del Deporte**. Curitiba. v. 8, n. 2, p. 1 – 17, dez. 2017.

Rodrigues, M. A. A.; Isayama, H. F. Um olhar sobre a trajetória das políticas públicas de esporte em Minas Gerais: 1927 a 2006. 2014.

Rosa, M. C. Equipamentos de Lazer e Esporte de Ouro Preto: contribuições para as políticas públicas. **Editores UFMG**: Belo Horizonte, 2017.

Silva, R. B.; Osawa, R. N. T. Psicologia e a questão do trabalho em rede na Política de Assistência Social no Brasil. **Psicoperspectivas**, v.19, n.2. 2020.

Starepravo, F. A. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico. 422 f. - Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, **UFPR**. Curitiba, 2011.

Suassuna, D. M. F. A.; Almeida, A. Políticas públicas para o esporte e o lazer no Brasil. **Encontro da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em ciências sociais**, v. 30, 2005.

Szymanski, H.; Almeida, L. R.; Prandini, R. C. A. R. (Org.). A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva. Brasília: **Liber Livro**, 2004.

Ungheri, B. O. A atuação profissional em políticas públicas de esporte e lazer: saberes e competências. 132 f. - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, **UFMG**. Belo Horizonte, 2014.

Ungheri, B. O. Políticas sociais de esporte e lazer: institucionalização e municipalização no contexto do Programa Esporte e Lazer da Cidade. **Revista Movimento**. Belo Horizonte. 2019.

Ungheri, B. O.; Isayama, H. F. Esporte e lazer: reflexões sobre o não planejamento de políticas públicas. **Motrivivência**, 32, n. 63, p. 01-12, 2020.

Vaz, A. F. Políticas públicas para o esporte e o lazer em Santa Catarina: reflexões e considerações. **Revista da Educação Física/UEM**. Maringá, v.12, n. 1, p. 89, 2001.

APÊNDICE I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Escola de Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto está realizando o projeto de pesquisa e extensão intitulado “PROJETO ELO – ESPORTE E LAZER OURO-PRETANO”, coordenado pelo Prof. Dr. Bruno Ocelli Ungheri. Esta pesquisa tem como objetivo analisar a implementação de uma parceria de cooperação mútua entre a Escola de Educação Física da UFOP e a Prefeitura Municipal de Ouro Preto – MG. Somado a isso, busca-se diagnosticar as políticas públicas de esporte e lazer desenvolvidas pelo município, bem como a distribuição, condição de uso e acesso de seus equipamentos públicos. Por fim, pretende-se propor a execução de oficinas sistemáticas e assistemáticas (eventos) em diferentes territórios da cidade, analisando seus impactos.

A pesquisa de campo terá como fonte de dados, entrevistas semi-estruturadas que serão gravadas, transcritas e analisadas em relação ao conteúdo. Os responsáveis pela pesquisa se comprometem a garantir o anonimato e o sigilo absoluto no tratamento das informações, que somente serão disponibilizadas para os envolvidos nessa pesquisa. Para tanto, os dados coletados serão mantidos no Laboratório de Pesquisa Lazer, Gestão e Política (LAGEP) da UFOP, por um período de 5 anos.

As entrevistas serão realizadas pessoalmente, sendo que o aplicador responsável pela pesquisa irá ao encontro do voluntário, no local que este indicar para a realização da mesma. Esclarece-se que todas as despesas relacionadas ao estudo serão de responsabilidade do pesquisador, não havendo qualquer forma de remuneração financeira para os voluntários. Somado a isso, por se pautar pelo compromisso social e por ter destinação sócio-humanitária, espera-se que a pesquisa aponte benefícios diretos e indiretos para toda a população brasileira, sobretudo por estar ligada à iniciativas que visem a promoção de direitos sociais garantidos constitucionalmente. Sobre isso, destaca-se o aprofundamento na análise de estratégias capazes de serem adotadas pelo setor público, no que tange ao enfrentamento da crise administrativa mobilizada pela municipalização das políticas públicas no Brasil.

Como possível risco oriundo da participação no presente estudo, destaca-se que as perguntas previstas no roteiro de entrevista poderão abordar situações do cotidiano pessoal e profissional que, analisadas criticamente, podem ser mal interpretadas por

gestores ou pares de trabalho, gerando situações indesejáveis, como constrangimento, desconforto, perturbação laboral e intimidação. Todavia, como medidas profiláticas à possibilidade de materialização das referidas ocorrências, preconiza-se a preservação sigilosa da identidade dos sujeitos entrevistados, o esclarecimento pormenorizado dos objetivos da pesquisa, a participação livre e voluntária dos convidados, bem como a liberdade para abandonarem/desistirem do projeto quando assim desejarem. Por fim, ressalta-se o compromisso em tratar fidedignamente as informações oferecidas, respeitando integralmente a originalidade dos dados.

Assume-se a responsabilidade em prestar assistência integral aos sujeitos caso possíveis danos ocorram. Assegura-se total liberdade aos voluntários que poderão se recusar a participar ou mesmo retirar seu consentimento sem qualquer tipo de ônus para ambas as partes envolvidas. Serão adotados todos os cuidados possíveis para minimizar os riscos da pesquisa, garantindo o cumprimento das disposições estabelecidas neste documento e na Resolução CNS nº466/2012. Para tal, reitera-se que cada voluntário receberá uma via do TCLE devidamente assinada pelo pesquisador e terá sua autonomia respeitada.

Cumprе disponibilizar o endereço da Escola de Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto, a título de referência para qualquer contato que se faça necessário: Rua Dois, 110, Campus Universitário, Ginásio de Esportes, Morro do Cruzeiro, Ouro Preto / MG, (31) 3559-1518. Informa-se, ainda, o endereço do Comitê de Ética em Pesquisa da UFOP: Centro de Convergência, Campus Universitário, telefone (31) 3559-1368. Assim, se você entendeu a proposta da pesquisa e concorda em ser voluntário, favor assinar o protocolo abaixo dando o seu consentimento formal. Desde já, agradecemos a compreensão e voluntariedade.

Prof. Dr. Bruno Ocelli Ungheri
Professor orientador da pesquisa

Via do Voluntário

Eu, _____, portador do
CPF _____ e RG _____, aceito
participar da pesquisa intitulada: **Projeto ELO – Esporte e Lazer Ouro-pretano.**

Portanto, livremente dou o meu consentimento para que a entrevista seja gravada e
para que os pesquisadores tenham acesso aos espaços e acompanhem as atividades
propostas pelo programa.

Ouro Preto, de de 2019.

Assinatura do voluntário

Via para arquivo/ Departamento de Educação Física da EEFUFOP

Eu, _____, portador do
CPF _____ e RG _____, aceito
participar da pesquisa intitulada: **Projeto ELO – Esporte e Lazer Ouropretano.**

Portanto, livremente dou o meu consentimento para que a entrevista seja gravada e
para que os pesquisadores tenham acesso aos espaços e acompanhem as atividades
propostas pelo programa.

Ouro Preto, de de 2019.

Assinatura do voluntário

APÊNDICE II

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

CAAE: 26073619.4.0000.5150

Prezado(a) Sr(a),

Inicialmente, agradecemos a participação em nossa pesquisa, que poderá contribuir no campo das políticas públicas de esporte e lazer. Com base nas informações dispostas no TCLE que lhe foi apresentado, pergunto se existe alguma dúvida em relação à pesquisa. Em caso positivo, serão prestadas todas as informações necessárias para a posterior continuidade da entrevista.

A partir do alinhamento entre pesquisador e entrevistado, serão realizados os seguintes questionamentos:

- 1 – Quais os principais objetos de intervenção da pasta que representa?
- 2 – Existe algum programa estruturante em sua pasta? Se sim, quais os principais objetivos?
- 3 – Você percebe alguma aproximação entre as ações que gerencia e o campo do esporte e do lazer?
- 4 – Existe algum programa, projeto ou ação em sua pasta, que faça referência ao esporte e ao lazer como direitos sociais? Se sim, qual?
- 5 – Caso sejam apontadas aproximações dos programas, projetos e ações junto ao esporte e ao lazer, como isso se materializa?
- 6 – Como você avalia os resultados da utilização do esporte e do lazer como objeto das políticas públicas em seu município?
- 7 – Como os programas e projetos de sua pasta se distribuem pelo território de seu município? Considerar a presença de distritos.

8 – Os programas, projetos e ações mencionados até aqui, apresentam alguma relação com o poder executivo estadual ou federal?

9 – Como se dá o financiamento dos programas, projetos e ações abordados até então?

10 – Os programas, projetos e ações desenvolvidos em sua pasta são amparados por alguma legislação?

11 – Qual a sua percepção acerca da continuidade dos programas, projetos e ações em desenvolvimento por sua pasta?

12 – Como você percebe a atuação da sociedade civil organizada?

13 – Como são avaliados os projetos, programas e ações desenvolvidos por sua secretaria?

14 – Qual a sua compreensão sobre esporte e lazer?